



**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO OGE/LAI nº 336/2021

**Número de referência:** PROTOCOLO SIC [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria Estadual da Saúde

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Solicitação de informações sobre qual a relação jurídica mantida entre o Instituto Butantan e a Fundação Butantan. Supressão de instância. Adequado atendimento da demanda. Provimento negado.

**DECISÃO OGE/LAI nº 336/2021**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Saúde, conforme consta do protocolo SIC em epígrafe, para acesso as informações sobre qual a relação jurídica mantida entre o Instituto Butantan e a Fundação Butantan.
2. A ausência de resposta motivou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015.
3. Instada a sanar a supressão de instância, a Pasta enviou as informações, informando sobre a relação jurídica mantida entre o Instituto Butantan e a Fundação Butantan, bem como acerca da sua vinculação com a Secretaria de Estado da Saúde. Cientificado, o interessado questionou a competência da autoridade do referido Instituto em responder a demanda.
4. No caso concreto em análise, verifica-se que a entidade autárquica, vinculada à Secretaria da Saúde possui legitimidade para responder a demanda inicial do interessado. Nesse sentido, respondeu adequadamente à demanda inicial, nos termos do artigo 11 da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI).
5. Relativamente a manifestação do solicitante de que "*convém uma explicação precisa e técnica com número identificado do tal "termo de cooperação técnico-científica"*", nota-se que se trata de um pedido de esclarecimento, que não é abrangido pela Lei de Acesso à Informação-LAI.
6. Ressalta-se que a Ouvidoria Geral do Estado e a Controladoria Geral da União possuem entendimento já firmado, asseverando que "*a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em*

Classif. documental

006.03.02.001

**Governo do Estado de São Paulo**

Secretaria de Governo

Ouvidoria Geral do Estado



*qualquer meio, suporte ou formato". (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL - Agencia Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S).*

7. Assim, considerando-se que a Secretaria de Estado da Saúde, por intermédio da sua entidade autárquica vinculada - Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu, atendeu adequadamente ao pedido inicial de informações formulado pelo interessado, em consonância com o disposto no artigo 11 da referida Lei nº 12.527/2011, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego seu provimento**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 19 de agosto de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel  
Ouvidor Geral do Estado  
Ouvidoria Geral do Estado